

SOBRE AS PROPOSTAS DA COMISSÃO EUROPEIA: HÁ VIDA PARA LÁ DA SIMPLIFICAÇÃO

A actualidade política europeia é marcada, todos os anos, na chamada "rentrée", pelo Discurso sobre o Estado da União Europeia. Há mês e meio, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, anunciou as prioridades políticas do executivo comunitário para o próximo ano. Tive ocasião de analisar, em detalhe, os principais destaques desse discurso, num artigo disponível no site da plataforma de cidadania Nossa Europa. Agora, chegou o **programa de trabalho da Comissão para 2027**, a lista formal e oficial dos compromissos legislativos para o próximo ano. Também aqui se justifica uma reflexão sobre o que podemos esperar, porque já não estamos a falar de anúncios. Estamos a falar de iniciativas legislativas.

Convém ler os dois documentos apresentados pela Comissão: o programa de trabalho para 2027 e o relatório anual sobre simplificação, aplicação e controlo do cumprimento do Direito da UE. O primeiro diz o que Bruxelas quer fazer no próximo ano. O segundo diz quanto já fez. Lidos lado a lado, contam uma história com mérito, mas que ainda está longe de acabar.

O ponto de partida é de uma franqueza pouco habitual, mas que é de saudar, em nome da transparência e da clareza na relação com os cidadãos. A Comissão escreve que a energia barata, as matérias-primas acessíveis, o comércio livre e aberto e o acesso ao mercado chinês "já não são" parte da base da prosperidade europeia. Daí a palavra-chave que atravessa todo o programa: independência. E daí também a escolha de método: **poucas iniciativas novas (23), prioridade para as 24 propostas já em cima da mesa, abandono de 18 iniciativas que não avançam**, revogação de leis europeias que já não servem para muito. De certa forma, é uma abordagem pragmática, que contrasta - em alguma medida - com grandes proclamações típicas do discurso político.

A principal bandeira continua a ser a "*simplificação legislativa*" e os números falam por si. Desde o início do mandato, os doze pacotes "*omnibus*" e outras medidas poderão poupar 22,3 mil milhões de euros por ano em custos administrativos, dos quais 7,7 mil milhões para as pequenas e médias empresas. Algumas destas medidas já estão em vigor. É o caso da revisão das obrigações de reporte de sustentabilidade e de dever de diligência, que avançou logo na primeira vaga. **A própria Comissão reconhece, porém, que só está a meio do caminho**: os 22,3 mil milhões representam 59,5% da meta fixada para 2029. E admite que a ambição se dilui demasiadas vezes na passagem pelo Parlamento e pelo Conselho. É a tensão normal com os co-legisladores, mas é o "custo" da legitimidade democrática do projecto europeu. Um "custo" que tem retorno - se não económico, seguramente político e institucional.

Existe hoje um consenso alargado - sobretudo depois do aclamado Relatório Draghi - sobre o **valor acrescentado e mesmo a urgência da simplificação legislativa**. Todavia, há um equilíbrio que temos de preservar. Um equilíbrio com o ímpeto da "*europeização*" inevitável de certas matérias para as quais se torna cada vez mais evidente a necessidade de abordagens europeias. Falo sobre Segurança e Defesa, sobre Habitação, sobre Saúde Pública, sobre Protecção Civil e mecanismos de prevenção e resposta a catástrofes, sobre o sector bancário e dos mercados de capitais, sobre as novas tecnologias e a verdadeira revolução que representa a aplicação de modelos de inteligência artificial nas mais variadas áreas das nossas economias e sociedades. **Se queremos mais Europa nestas dimensões, vamos precisar de mais leis europeias a elas associadas**. Isto não significa, porém, mais burocracia e mais encargos para famílias, empresas e Estados. O que deve significar é um **compromisso com regulação mais inteligente**, proporcional e adequada para os desafios do nosso tempo.

É por isso que há uma afirmação que é muito positiva: o pacto contra o "*gold-plating*", o hábito de os Estados-Membros acrescentarem exigências próprias ao transporem as Directivas europeias. O Conselho Europeu de 15 de Outubro pediu à Comissão uma iniciativa, com o objectivo de assinar o pacto antes do fim do ano. A Comissão, por seu lado, lançou 874 processos de infracção em doze meses, o número mais alto da última década. É uma mensagem justa para quem gosta de culpar Bruxelas pela burocracia que, tantas vezes, se fabrica nas capitais. E **é precisamente nas capitais que temos de começar a aplicar o conceito de "*simplificação*" que, tantas vezes, exigimos de Bruxelas**.

Aqui chegados, a leitura económica tem de ir mais longe. Simplificar é uma condição necessária do crescimento, mas não é - em si mesma - uma estratégia de crescimento. Os 22,3 mil milhões de euros de poupança anual são bem-vindos, mas o Banco Central Europeu estima que as transições digital, verde e de defesa venham a exigir cerca de 1,2 biliões de euros por ano de investimento adicional. **Por mais que se reduza o papel, a Europa não fecha esse fosso sem mobilizar capital, seja privado ou público**.

É precisamente no capital que, infelizmente, o programa é mais tímido. Há avanços: o pacote de integração e supervisão dos mercados de capitais teve acordo no Conselho em Outubro; vêm aí a reforma do mercado de capital de risco, um pacote de competitividade para o sector bancário e uma revisão intercalar da União das Poupanças e dos Investimentos. Contudo, a própria Comissão reconhece atrasos significativos na transposição das regras dos mercados de capitais e abre processos contra Estados-Membros que reservam benefícios fiscais a contas de poupança investidas apenas em activos nacionais. **Enquanto a poupança europeia ficar presa às fronteiras de cada país, continuará a financiar, em boa parte, as empresas americanas.** Não podemos culpar os europeus por transferirem as suas poupanças para estes activos quando, paradoxalmente, acaba por ser mais fácil e rentável "migrar" para o mercado norte-americano. A União Bancária e, sobretudo, a União dos Mercados de Capitais (a da Poupança e dos Investimentos) não podem ser apenas um slogan: têm de ser uma realidade. E essa prioridade, que até se compreende no *portfolio* da Comissária portuguesa, tem de começar a ser encarada com urgência, face ao défice de investimento que enfrentamos e que é cada vez mais evidente.

Por outro lado, **temos um sinal pouco positivo no quadro das retiradas de iniciativas legislativas.** A Comissão desiste do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos, parado desde 2015 e substituído por um pacote para a competitividade dos bancos ainda por conhecer. **Sem esse terceiro pilar, a**

União Bancária fica incompleta. Fica para trás a promessa de que um depósito vale o mesmo, e está igualmente protegido, em Lisboa ou em Frankfurt. Na fiscalidade, saem a tributação da economia digital e o quadro comum para a tributação das empresas, vítimas da regra da unanimidade em matéria fiscal. Compreende-se o realismo. Mas há uma contradição evidente: a mesma Comissão que abandona estas propostas pede, como condição essencial, um acordo sobre novos recursos próprios para o orçamento de 2028-2034 até ao final deste ano. Um orçamento europeu maior sem receitas europeias novas é uma equação que não parece ter grande viabilidade.

O caso dos atrasos nos pagamentos ilustra bem esta ambiguidade. A proposta de Regulamento que os combatia nas transacções entre empresas é retirado por força da oposição de vários Estados-Membros. Em contrapartida, a Comissão abriu diálogos com 24 Estados-Membros sobre os atrasos das autoridades públicas em matéria de... pagamentos. Podia não ser a proposta ideal, mas o sinal político estaria dado.

Na energia e na indústria, o diagnóstico é certeiro: os preços continuam a pesar, agravados pela crise no Golfo. O novo quadro energético pós-2030, a corporação europeia para as matérias-primas críticas, o instrumento de diversificação e um «*pacto de dissuasão geoeconómica*» contra a coerção comercial vão no bom sentido. Há, contudo, um risco que convém ter presente: a revisão do regime temporário de auxílios de Estado para as indústrias mais expostas. **Se cada país puder subsidiar à medida do seu orçamento, o mercado único fragmenta-se a favor de quem tem mais folga orçamental**. E não parece ser o caso dos países da coesão.

A coesão, aliás, é a outra dimensão a ter em conta. O relatório regista com satisfação que 35 mil milhões de euros dos fundos de coesão foram reorientados, na revisão intercalar, para a competitividade, a Defesa, a habitação, a água e a energia. São prioridades legítimas. Mas a negociação do próximo orçamento plurianual, que funde a coesão e a agricultura em planos nacionais e regionais, não pode transformar a convergência num instrumento de segunda ordem. **A competitividade europeia também se mede pela capacidade de as regiões mais pobres convergirem com as mais ricas**. E não através do "*de-crescimento*" das segundas.

O programa de trabalho é realista e pragmático. Podia ser mais compreensivo e ambicioso, sim, mas a Comissão escolheu a via segura do compromisso alcançável.

Esta escolha política não apaga o mérito de um programa que escolheu concluir em vez de anunciar e que leva a sério a execução e o cumprimento. **Mas a independência económica que a Comissão proclama não se constrói apenas a cortar no papel**. Constrói-se com um mercado de capitais que funcione como um só, com uma União Bancária completa, com receitas próprias e com um orçamento à altura das ambições.

Há mais vida para lá da simplificação. É um caminho certo, mas não é um caminho único. O programa de trabalho segue a via do pragmatismo. Esperamos, agora, resultados concretos.

Carlos Coelho

Presidente da Plataforma de Cidadania Nossa Europa

Comissário Nacional para as Comemorações do 40º Aniversário da Adesão de Portugal à União Europeia